

Terá o Chile uma nova Constituição?

Seja qual for o resultado do plebiscito constitucional deste domingo, as forças políticas do Chile não travarão a polarização que se foi sedimentando no país desde 2021.

Paula Borges Santos | Público | 16 de Dezembro de 2023

Neste domingo, 17 de Dezembro, os chilenos voltam às urnas, pela terceira vez, no espaço de 13 meses, no âmbito do processo constitucional em curso.

Na primeira fase deste processo, em setembro de 2022, rejeitaram, com 62% dos votos, uma proposta de nova Constituição que possuía um carácter refundacional, defendida pelo bloco do chamado “oficialismo”, que sustenta a coligação que elegeu o presidente Gabriel Boric. Em maio deste ano, na eleição para o Conselho Constitucional, penalizaram as forças da esquerda que haviam defendido aquela proposta e confiaram aos partidos políticos situados à direita no espectro partidário (dando maioria ao Partido Republicano, liderado por José Antonio Kast) a elaboração de nova versão da Constituição, que vai agora a votos e que não acolhe diversas reivindicações da esquerda chilena.

Entre as forças políticas e sociais, repete-se a fratura que marcou todo o processo constitucional e que tem por base duas visões opostas de projeto democrático para o Chile. Entre o eleitorado, o cansaço sobre o tema acentuou-se. Continua a haver muitas incertezas sobre o resultado do plebiscito deste 17D e o *day after* tornou-se a grande preocupação.

A campanha pelo “não”, propondo a rejeição da nova Constituição, foi, desde 7 de novembro, quando o presidente Boric recebeu o texto final elaborado pelo Conselho Constitucional, a mais audível. E, sistematicamente, foi dada nas sondagens como a posição vencedora neste domingo. Logo a 3 de novembro, a Frente Ampla, que apoia Boric, declarou-se pronta para a rejeição. O próprio presidente tomou implicitamente partido pela rejeição, insistindo na consagração de matérias que são defendidas pela sua base de apoio. Antigos presidentes socialistas do Chile, como Michele Bachelet e Ricardo Lagos, apelaram também nas últimas semanas à rejeição da nova Constituição.

Para a esquerda chilena (desde a Frente Ampla até ao Partido Socialista, passando pelo Partido Comunista), a nova proposta é moralizante, dogmática e regressiva em direitos sociais.

O preceito que estabelece o direito à vida de quem está por nascer foi insistentemente denunciado, considerando que se tentará, uma vez aprovada a Constituição, impedir a interrupção voluntária da gravidez (consagrada na lei em 2017, para três situações: violação, inviabilidade do feto e risco de vida para a mãe). O desagrado estende-se aos artigos que estabelecem que, nas listas de candidatos dos partidos a eleições, nenhum sexo supere a representação de 60% (o objetivo do oficialismo era 50%) e que preveem a possibilidade de prisão domiciliária de detidos com a saúde muito debilitada ou com

doença terminal. Tal servirá, acusam as forças políticas de esquerda, para beneficiar 134 militares do regime de Pinochet condenados por violações dos direitos humanos (dos quais 80% têm mais de 70 anos).

Há uma forte probabilidade de a atual proposta constitucional ser aprovada, ao contrário do que sugerem as sondagens chilenas dos últimos meses. Considerando as votações dos dois últimos atos do processo constitucional, e também as eleições para o Congresso de 2021, regista-se um alinhamento dos votantes que favorece as forças políticas à direita. Se esses mesmos eleitores voltarem a comparecer nas urnas (e o voto continuará a ser obrigatório para este segundo plebiscito), não surpreenderá se optarem pela aprovação da atual proposta constitucional, como defendem a formação Chile Vamos, o Partido Demócrata, a União Demócrata Independente e o Partido Republicano (os democratas-cristãos mostram-se ainda muito divididos entre aprovar ou rejeitar a proposta).

Se tal acontecer, significará que, cansados de batalhas ideológicas, os chilenos pretendem viabilizar soluções para problemas concretos – por isso, alguns dizem que esta proposta tem um conteúdo excessivamente legislativo –, como, por exemplo, ao tratar de aspetos considerados negativos na organização política (o articulado cria dificuldades à fragmentação política na Câmara de Deputados, reduz o número de deputados de 155 para 138, limita a reeleição do presidente, num combate à criação das clientelas que os sucessivos mandatos vêm alimentando), ou do aumento da criminalidade imputada a estrangeiros, alegadamente de origem venezuelana, com ligações ao crime organizado (o que explica a opção por um maior controle fronteiriço).

A verdade é que, com exceção dos preceitos que indignam a esquerda e a levam a apelar à rejeição da nova Constituição, muitas das soluções contidas neste documento, mereceram consenso desde a extrema-esquerda à direita radical, quando foram elaboradas pela comissão de 24 especialistas que forneceu o documento de trabalho desenvolvido posteriormente pelo Conselho Constitucional. Daí que, comedidamente, a proposta constitucional acomode algumas reivindicações quanto aos indígenas (que passam a ser considerados como parte da Nação, embora o Estado continue unitário) e aos direitos das mulheres (igualdade salarial, plano de saúde sem discriminação de sexo, ou acesso igualitário e equitativo a cargos públicos).

Em qualquer cenário, de rejeição ou de aprovação desta proposta constitucional, as forças políticas do Chile não travarão a polarização que se foi sedimentando no país desde 2021.

Caso ganhe o “sim”, é possível que o confronto político atinja um nível inédito nos últimos anos, onde prevalecerá uma elevada dificuldade de interlocução entre as forças do oficialismo e as da oposição. Será ainda mais um teste à governação de Gabriel Boric, que, tendo a segunda metade do mandato ainda por cumprir, terá de conformar-se a uma Constituição – a que depreciativamente já se chamou de “*Kastituição*”, numa alusão a José Antonio Kast – em cujos princípios não se revê.

Caso ganhe o “não”, será difícil ultrapassar a frustração com um processo que se arrasta há dois anos. A ferida aberta em relação ao passado ditatorial do Chile não ficará fechada porque, sem alternativa, continuará em vigor a Constituição gerada em 1980, no regime de Pinochet. Será uma derrota assinalável também para os partidos políticos em geral, uma vez que esta fase do processo constitucional decorreu sob a sua tutela. Restará saber se Boric manterá a posição (que anunciou em junho) de desistir de modificar a Constituição atual no seu mandato, ou se cederá a abrir uma terceira etapa o processo constitucional (cenário, até agora, defendido apenas pelo Partido Comunista).

<https://www.publico.pt/2023/12/16/opiniao/opiniao/tera-chile-nova-constituicao-2073964>